



# Sindicato dos Oficiais de Justiça

## INFORMAÇÃO

### ABERTURA DO ANO JUDICIAL

O SOJ não se fez representar nesse evento por entender que esse cerimonial em nada reflecte os desígnios nem as preocupações da Justiça.

### ANULAÇÃO DO AVISO Nº 18221/07

Este sindicato entende que a unidade, diferente de unicidade, é essencial para se alcançarem os objectivos perseguidos pelos Oficiais de Justiça. Talvez por isso não se entende a posição do SFJ que, sem que alguma vez tenha contactado o SOJ, procurou contestar a nossa posição. Acontece que a sua participação não foi aceite pelo tribunal e, **logo depois de ter sido notificado desse despacho, foi este sindicato contactado** pelo Gabinete da Senhora Ministra da Justiça para uma reunião, que teve lugar.

É do conhecimento do Ministério da Justiça e de todos os que definiram estratégias ao seu lado que, decorridos quase quatro anos, o SOJ não pretende a execução da sentença. Os candidatos que ingressaram através de um Aviso que consideramos ilegal são hoje Oficiais de Justiça, que realizam o interesse público e dignificam a carreira.

O SOJ não aceita é que, com o argumento da crise, se violem os estatutos dos Oficiais de Justiça e se afastem centenas de jovens, com formação específica, de **contribuir para a realização da Justiça e a dignificação da nossa carreira**.

Quanto melhor preparados tecnicamente estivermos, superiormente responderemos, e isso reflectir-se-á na qualidade do serviço que devemos prestar a quem estamos para servir.

O **SOJ não abdica de defender a classe** que representa e lembra que há centenas de jovens com o Curso Técnico de Serviços Jurídicos e Técnico Superior de Justiça, sem esquecer obviamente os muitos jovens dos PEPAC que dão garantias de, rapidamente, porque têm formação específica, contribuir para uma melhoria significativa da Justiça.

### A QUESTÃO DOS PROVISÓRIOS

Ao longo destes meses, o SOJ tem mantido o silêncio, assumindo responsabilidades que outros nunca tiveram. As informações que foram prestadas publicamente pelo SOJ tinham e têm como suporte documento emitido pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP).

O **SOJ não surgiu, nesta luta, pela classe, a reboque dos acontecimentos**. A própria Secretaria-Geral do Ministério da Justiça enviou um ofício à DGAEP pedindo celeridade porque o SOJ a havia interpelado e estava num processo negocial com o Governo.

Mas, porque verificámos que a burocracia imperava, colocámos a questão directamente ao SEAP. Foi com base na sua resposta, como bem sabia o Ministério da Justiça, que o SOJ anunciou publicamente a existência do “parecer” sobre esta questão.

A tentativa que se seguiu, de alguns procurarem diminuir a acção do SOJ, é entendível, porque somos um sindicato novo, mas incómodo para o poder instituído... na justiça e não só. Mas a nossa preocupação não é agradar os poderes instituídos ou colher vantagens pessoais ou sindicais, é realizar a justiça e dignificar a nossa classe.

Assim, e porque a situação se tornou insustentável, até perante os sucessivos silêncios da DGAJ, entendeu este Sindicato requerer audiências aos grupos parlamentares, para **denunciar esta e outras questões** que entendemos lesivas para os interesses da Justiça e inaceitáveis para com os Oficiais de Justiça.

Requeremos ainda ao Senhor **Primeiro-Ministro intervenção junto** dos Ministérios da Justiça e das Finanças para que seja dada uma resposta a esta questão.

Foi na sequência desta acção que o grupo parlamentar do **PCP recebeu este Sindicato** no dia 2 de Fevereiro, às 18h00, e **assumiu o compromisso de apurar** esta e outras matérias que, tal como o SOJ, entende preocupantes.

Também o Partido Social-Democrata agendou já com o SOJ uma audiência para o próximo dia 9 de Fevereiro. Outros grupos parlamentares já nos contactaram e aguardamos o agendamento das audiências.

## CATEGORIAS DE CHEFIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO

O parecer das Finanças sobre esta matéria, que foi enviado ao Director-Geral da DGAJ e ao SOJ, não é vinculativo, pelo que a responsabilidade pelo despacho que vier a ser emitido é do Ministério da Justiça. Aguardamos a emissão do despacho para, **se for o caso, recorreremos do mesmo.**

## ENSAIO PARA A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

O SOJ está a estudar o documento, mas há questões que teremos de ter presente:

1) Este “[Ensaio](#)” parece-nos menos consistente que o Mapa Judiciário, contra o qual estivemos sempre, por entendermos lesivo dos interesses dos cidadãos e da própria justiça;

2) A elaboração do Mapa Judiciário exigiu um “Pacto Para a Justiça”, com o alto patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República;

3) O SOJ apresentou este “Ensaio” ao Tribunal Administrativo porque entendemos colidir com o interesse público invocado pelo Governo Português.

Postas estas questões, o SOJ, depois de analisar o documento, tomará as medidas necessárias para **defender os interesses da Justiça.**

*Tribunais mais próximos e compreensíveis para os cidadãos conduzem à melhoria da imagem e dignificação da Justiça.*

## SINDICALIZAÇÃO

A sindicalização reforça a solidariedade e torna-se mais importante em momentos de crise. O SOJ assume um sindicalismo responsável e de verdade. Somos um sindicato reactivo e proactivo na defesa dos Oficiais de Justiça.

**[Associa-te](#) ao SOJ e estaremos mais próximos da realização da classe.**

Lisboa, 2012-02-05